



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO EXTERNA - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES SOBRE O ZIKA VÍRUS</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0465/16	<b>DATA:</b> 19/05/2016	
<b>LOCAL:</b> Plenário 12 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 10h13min	<b>TÉRMINO:</b> 12h07min	<b>PÁGINAS:</b> 41

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**GUSTAVO ZARIF FRAYHA** - Engenheiro, especialista em infraestrutura sênior e chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.  
**SABRINA GIMENEZ DE ANDRADE** - Diretora Substituta do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.  
**CRISTIANNE ANTUNES** - Representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.  
**RODRIGO FRUTUOSO** - Representante do Ministério da Saúde.  
**LÍVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO** - Assessora Técnica da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.  
**VICTOR HUGO MOSQUERA** - Diretor do Departamento de Saúde Ambiental — DESAM, representando o Presidente da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, Márcio Endles Lima Vale.

**SUMÁRIO**

Esclarecimentos sobre ações adotadas pelos Ministérios da Saúde, das Cidades, do Meio Ambiente e da Integração Nacional para combate das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção ininteligível.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Bom dia, senhoras e senhores.

Eu declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar as ações referentes à epidemia de zika vírus e à microcefalia.

Encontra-se à disposição a ata da 7ª Reunião Ordinária. *(Pausa.)*

Como nós vamos fazer esta reunião independentemente da marcação de presença dos colegas, eu quero deixar a votação da ata para a próxima reunião.

Eu informo que a Comissão recebeu ofício de movimentação parlamentar indicando que o Deputado Osmar Terra, coordenador da Comissão, e o Deputado Sarney Filho, que integra a Comissão, estão licenciados, para assumir o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, respectivamente, com base nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 235, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, antes de dar início à oitiva desta audiência pública, eu quero solicitar à assessoria técnica, à Secretaria da Comissão, que envie cumprimentos aos Deputados Osmar Terra e Sarney Filho, em nome desta Comissão.

Quero informar também que o Ministério da Integração Nacional comunicou que o Ministro não poderá participar desta audiência, por motivo de agenda, e alterou a representação aqui.

Esta audiência pública ocorre a requerimento do Deputado Sarney Filho, do Deputado Rogério Rosso e do próprio Deputado Osmar Terra.

Convido para compor a Mesa o Sr. Gustavo Zarif Frayha, engenheiro e especialista em infraestrutura sênior, chefe de gabinete do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Sr. Paulo Ferreira.

Muito obrigada pela presença, Dr. Gustavo.

Convido também a Sra. Sabrina Gimenez de Andrade, Diretora Substituta do Departamento de Ambiente Urbano, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Bem-vinda, Sra. Sabrina Gimenez de Andrade.

Convido o Sr. Rodrigo Frutuoso, representante do Ministério da Saúde.



Convido o Sr. Victor Hugo Mosquera, Diretor do Departamento de Saúde Ambiental, que representa o Presidente da FUNASA — Fundação Nacional de Saúde.

Convido a Sra. Cristianne Antunes, devidamente vestida a rigor, com aquilo que nos orgulha muito e que caracteriza a Defesa Civil. Ela representa aqui o Ministério da Integração Nacional, sobretudo a Defesa Civil.

Bem-vinda, Sra. Cristianne Antunes.

Senhoras e senhores, eu me sinto muito honrada em dirigir esta reunião. Estou aqui como representante *ad hoc*. Eu sou mera integrante desta Comissão, mas, dadas as novas atribuições, de coordenador e de outros membros, coube a mim dirigir os trabalhos desta reunião.

Eu esclareci aos nossos convidados — e tenho certeza de que a Deputada Carmen Zanotto, que já esteve aqui conosco num momento anterior, concorda, bem como os demais colegas — que a importância de uma reunião como esta está na apresentação de questões que são relevantes ao tema, não apenas para os convidados ou para os Parlamentares, mas também para o trabalho que é realizado pelos próprios relatores da matéria, com o objetivo de finalizar.

Uma Comissão como esta não tem um relator. O próprio coordenador — no caso, o Deputado Osmar Terra —, tem a tarefa de compilar as informações. Mas ele distribuiu essa tarefa para a Deputada Carmen Zanotto e para mim, num primeiro momento — depois fui obrigada a cumprir uma licença. A Deputada Carmen Zanotto manteve os temas referentes ao atendimento às mulheres, a crianças e adolescentes, ao impacto do zika vírus e da microcefalia. Além disso, o Deputado Mandetta trabalha nesta Comissão com as questões da pesquisa, da saúde, dos órgãos de pesquisa, das vacinas. O Deputado Reginaldo Lopes trabalha com o tema da prevenção, com o tema do saneamento e da organização das cidades e tem estado em contato com vocês.

Então, eu realmente estou convicta de que a presença de vocês aqui não é apenas formal, de que esses relatores estarão observando, atentos, o que trouxeram para esta reunião.

Informo aos presentes que, em vez dos 20 minutos habituais, vou conceder a palavra por 10 minutos, dada a situação da Câmara dos Deputados no dia de hoje,



para a apresentação de documentos, que a Comissão vai estudar. Eles serão bem-vindos, para o desenvolvimento da nossa atuação.

De imediato, portanto, passo a palavra ao Sr. Gustavo Zarif Frayha, o representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Dr. Gustavo, o senhor poderá controlar o tempo a partir daqueles relógios que está à frente e à esquerda também. A nossa assessoria, que é muito diligente e competente, já me orienta quanto a isso, porque faz algum tempo que eu não dirijo trabalhos, desde a oportunidade que tive de presidir a Comissão de Educação, ainda quando era Comissão de Educação e Cultura.

V.Sa. tem a palavra.

**O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA** - Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Bom dia, prezada Deputada Maria do Rosário, que está presidindo esta importante reunião.

Inicialmente, eu agradeço, em nome do Secretário Paulo Ferreira, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, pela oportunidade de vir aqui participar de uma Mesa tão importante, que trata de um tema tão delicado e tão crítico para o nosso País nos dias de hoje, que é a proliferação do zika vírus, assim como a dengue e a *chikungunya*, que constituem problemas imensos para o nosso País. Será necessário um esforço muito grande para que possamos resolvê-los.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu vou tentar acelerar o máximo que puder.

Eu sou funcionário de carreira do Ministério das Cidades, sou especialista em infraestrutura sênior e no momento estou como chefe de gabinete da Secretaria.

Vou falar um pouquinho sobre o que é o Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades tem vários órgãos colegiados, tem assessorias, que existem em todos os Ministérios, e tem quatro secretarias finalísticas: de Habitação, de Saneamento, de Acessibilidade de Programas Urbanos e a SEMOB.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, como o próprio nome indica, cuida do saneamento ambiental. A Secretaria Nacional de Saneamento



Ambiental representa o Ministério das Cidades na função que lhe cabe, que é a de coordenação da Política Nacional de Saneamento Ambiental.

O saneamento, Deputada e prezados Deputados aqui presentes, é uma competência comum dos três entes federados, cada um com suas responsabilidades.

Ao Governo Federal cabe estabelecer as diretrizes gerais, na esfera nacional, desenvolver e apoiar os programas de saneamento na esfera nacional e apoiar Estados e Municípios na execução dos seus empreendimentos. A titularidade, pelo que definiu a Constituição Federal e pelo que define a legislação, cabe aos Municípios. Recentemente, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em áreas metropolitanas, essa responsabilidade é compartilhada entre os Municípios e o Governo do Estado.

O saneamento básico é um tema de que cuidam vários órgãos do Governo Federal, que têm uma atuação importante. Felizmente, a atuação, dentro do possível, é coordenada. Cito o Ministério da Saúde, ao qual é vinculada a FUNASA, o Ministério da Integração Nacional, com a CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, o Ministério do Desenvolvimento Social, a Agência Nacional de Águas, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Defesa, o Ministério do Trabalho e outros. Vários Ministérios têm dotações orçamentárias. E todas as dotações orçamentárias são importantes para compor o quadro do saneamento.

Nos últimos anos, o setor de saneamento conseguiu, dentre outras, três conquistas importantes. A primeira foi a criação, de forma negociada entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo, a sociedade e os atores do setor, de um marco regulatório para o saneamento básico, que é a Lei 11.445. Foi muito difícil a finalização dessa lei porque envolvia muitos interesses, diferentes interesses, diferentes pontos de vista sobre o saneamento, mas foi um grande passo adiante porque definiu as responsabilidades do setor. Essa lei, conhecida como a Lei do Saneamento, deu o mínimo de segurança jurídica para o setor. Ela definiu as diretrizes, os princípios e os objetivos e mecanismos diversos. Foi uma negociação que levou anos, mas eu acho que o resultado foi extremamente positivo.



A segunda conquista do setor foi a ampliação significativa dos recursos para o saneamento básico no Orçamento Federal e o entrosamento que temos tido com as Comissões Legislativas. Todas as vezes em que somos convidados aceitamos com muito prazer, porque, em relação a tudo de que temos precisado, na Câmara e no Senado, nós temos sido muito bem recebidos.

Vou dar um exemplo, Sra. Presidente: a Subcomissão Especial da Universalização do Saneamento Básico e do Uso Racional da Água, conhecida como Subágua, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, foi coordenada pelo Deputado João Paulo Papa, contou com a participação de Deputados de diversos Estados e resultou em 20 recomendações para universalizar o saneamento e promover o uso racional da água. A essa Subcomissão foram chamados os principais atores do setor e foi dada uma visão completa para o Legislativo dos problemas existentes e do que precisa ser feito para resolvê-los.

Graças à compreensão que o Legislativo tem tido, nós temos conseguido ampliar significativamente os recursos. Vejam que, em 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, o desembolso, em valores corrigidos pelo IGP-DI para 2014, era de 1,39 bilhão por ano. Em 2013, o desembolso estava em torno de 9,6 bilhões por ano, juntando todos aqueles órgãos a que eu me referi no começo — não é só o Ministério das Cidades; a atuação é do Governo Federal como um todo. Esses recursos são importantes. Se não tivéssemos a garantia deles no Orçamento da União, nós não conseguiríamos sair do lugar.

Outra coisa: não é só uma questão de recursos, mas também de gestão, que passa, necessariamente, por uma questão de planejamento. E a lei estabeleceu de uma maneira muito competente a necessidade de planejamento dentro do setor.

Por que nós temos que planejar? O planejamento não é nenhuma panaceia. Essa senhora aí é a Panaceia, a irmã de Hígia. A panaceia não é a cura de todos os males, não é um remédio universal. Acontece o seguinte: se você não tiver saneamento, se você não souber para aonde tem que ir, qualquer caminho o levará para lugar nenhum.

Planejar, em essência, para não complicar muito, é o inverso de improvisar. Todas as vezes em que tem uma ação planejada você deixou de ter uma ação



improvisada e, vice-versa, todas as vezes em que você teve uma ação improvisada é porque não teve uma ação planejada.

Aqui uma amostra de uma ação improvisada, para aliviar um pouco a temática da palestra: essa escada, que liga nada a coisa nenhuma. O que é isso? Falta de planejamento, obviamente.

Eu uso esse exemplo da escada por duas razões. Primeiro como alerta de que estou mais ou menos na metade da palestra, que é o meu marco; segundo porque o saneamento é uma escadaria: você tem que ir subindo degrau por degrau. Às vezes nós conseguimos subir uma escada de dois em dois degraus, mas, de cinco em cinco, de dez em dez, ninguém consegue. Nós temos um longo caminho pela frente.

Agora, a questão do zika vírus. Eu dei um *flash* sobre o saneamento e depois vou voltar um pouco a essa parte do planejamento.

O Ministério das Cidades considera que todas as ações de saneamento básico possuem interferência direta e/ou indireta no controle ao vetor, o *Aedes aegypti*. Nós não podemos falar — não é, Rodrigo? — em combater o *Aedes aegypti* se não passarmos pela vertente do saneamento.

Há uma correlação clara entre as deficiências no saneamento e a proliferação do *Aedes*. Nem sempre essa é a causa principal. Existem áreas que são urbanizadas, que têm infraestrutura e têm incidência de dengue, de *chikungunya*, de zika vírus. Há uma correlação forte. Existem inclusive estudos do Ministério da Saúde que mostram — vi isso recentemente — que em muitas áreas nas quais há mais intermitência está coincidindo a maior incidência do vetor.

Diversas vezes, os criadouros estão na área dos domicílios, o que mostra a falta de higiene das habitações, a falta de cuidado com vasos de planta, a falta de zelo e manutenção em piscinas, a existência de reservatórios, especialmente onde há intermitência no fornecimento de água — as pessoas usam tambores, baldes, que acabam esquecendo no quintal, e aquilo termina virando um foco de criação —, o descarte inadequado de lixo nos quintais e em terrenos baldios, a falta de manutenção em calhas e ralos etc.

Estou dando só um *flash*. Com certeza, os outros palestrantes vão abordar isso melhor do que eu.



Ainda com relação ao esgoto sanitário, o *Aedes aegypti* se adaptou. (Riso.) Em tempos de crise, ele deu um jeito. Ele só se reproduzia, só colocava os ovos onde havia água limpa. Agora, não. Ele se adaptou, resolveu a questão da reprodução. E nós temos que nos adaptar às adaptações dele, na questão do esgoto.

A Secretaria de Saneamento Ambiental está participando desse esforço com ações de curto, de médio e de longo prazos.

Em relação às ações de curto prazo, participamos na Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento da Dengue, do Vírus *Chikungunya* e ao Vírus Zika, ao vetor, e às suas consequências. Depois Rodrigo vai falar um pouco sobre ela.

Em relação às ações de médio e longo prazos, temos o Plano Nacional de Saneamento Básico. Vou falar um pouco sobre o que está previsto. São ações que vão se estender por um período de 20 anos.

A Sala Nacional definiu, depois de uma negociação com quem está participando dela — e muitos estão aqui presentes —, uma diretriz, a Diretriz SNCC nº 3, de 2016, especificamente, fora todas as outras atividades da Sala, sobre a questão do armazenamento de água e a questão da eliminação de resíduos sólidos com potencial para serem criadouros do *Aedes aegypti*. Essa é uma ação permanente. Está bem claro lá na Sala — não é, Rodrigo? — que não se esgota. Agora, neste período, lentamente o *Aedes aegypti* vai sair um pouco do noticiário, em função do período de seca nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas, quando voltar, vai voltar com tudo. Então, a ação tem que ser permanente.

Além das ações permanentes, há também ações emergenciais.

Vou acelerar um pouquinho para não estourar o tempo.

O objetivo da atuação da Sala é o de sensibilizar a população e de reduzir o número de focos do mosquito.

A Secretaria de Saneamento Ambiental, a FUNASA, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos apresentaram à Sala algumas sugestões. Sugerimos a melhoria do abastecimento de água, sem intermitência — que se tente ver com os prestadores do serviço uma redução na intermitência, para eliminar ou diminuir essa





necessidade de armazenamento de água em caixas d'água inadequadas, em tambores, em baldes; sugerimos também o provimento de meios, dentro do possível — telas, tampas de caixas d'água etc. —, para adequar os depósitos de armazenamento de água, principalmente em comunidades de baixa renda.

Estamos vendo com os prestadores do serviço de saneamento, as empresas estaduais e as autarquias municipais, uma forma de divulgar para os consumidores mensagens institucionais em suas contas e nos seus *sites* na Internet, além da distribuição de cartilhas de orientação à população, elaboradas ou disponibilizadas pelos órgãos competentes.

Sugerimos também o envolvimento dos profissionais das empresas prestadoras do serviço, especialmente os leituristas, que sempre têm acesso muito fácil e são conhecidos da população, principalmente em cidades do interior, para que, quando identificarem terrenos com criadouros, informem aos órgãos competentes, para o seu georreferenciamento.

Outras sugestões da Secretaria de Saneamento: a aproximação da Sala Nacional e das Salas Estaduais com as entidades representativas do setor. Têm participado a ABES, a AESBE, a ASSEMAE, a ABCON, a ABRELPE, a ABAR e outras; a solicitação das Salas aos órgãos responsáveis em âmbito local, para que, dentro do possível, pelo menos façam o recobrimento com terra dos lixões. Não é exatamente a solução mais adequada. A solução realmente é criar aterros sanitários e encerrar os lixões, mas, se pelo menos fizerem o primeiro recobrimento com terra, eliminarão, por exemplo, os criadouros gerados pelas garrafas plásticas que ficam jogadas e que acabam acumulando água.

Sugerimos também o entrosamento com as lideranças religiosas, em especial com as lideranças nacionais e locais da Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano, cujo tema é o saneamento. As igrejas têm muita penetração na sociedade, especialmente em comunidades mais pobres. As lideranças da CNBB estiveram aqui na Câmara. A Campanha vai ser realizada de forma ecumênica e vai envolver os fiéis, vamos dizer assim, nessa tarefa de melhoria do saneamento e de entrosamento, que é essencial para que o saneamento realmente represente uma prioridade na vida de todos.



Também sugerimos o entrosamento das Salas Estaduais e Municipais, quando houver, com os Conselhos Municipais de Saneamento ou com órgãos que façam o controle social, que é uma exigência legal — se eu tiver tempo vou mostrar mais adiante —, para fazer e controlar essas ações que estão sendo sugeridas.

O Governo Federal, em 2013, após a atuação dos órgãos que lidam com o saneamento, coordenada pelo Ministério das Cidades, concluiu o PLANSAB. Sra. Presidente, o PLANSAB foi submetido a quatro Conselhos Nacionais: das Cidades, de Saúde, do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

O PLANSAB foi aprovado por decreto presidencial, seguido de uma portaria interministerial firmada por sete Ministérios: das Cidades; Casa Civil; da Fazenda; da Saúde; do Planejamento; do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Estão envolvidos os principais órgãos que cuidam do saneamento e a área econômica do Governo, que se comprometeu também com os resultados que estão ali apresentados.

Todo planejamento tem que ter revisões periódicas. Os cenários mudam. Temos que adaptar o planejamento. Para isso foi criado o GTI PLANSAB, que, além dos sete Ministérios a que me reporte, conta com representantes da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, da Agência Nacional de Águas — ANA, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e do Conselho Nacional das Cidades. Esse grupo se reúne periodicamente para ver como está a evolução do PLANSAB e o que é necessário fazer para a sua adaptação.

Os cenários econômicos atuais são preocupantes. Isso não é segredo para ninguém. A área econômica do Governo e os economistas em geral apontam que, atingido o equilíbrio fiscal, o País voltará a crescer em seguida, que as arrecadações melhorarão e assim por diante. Há uma preocupação com os recursos destinados ao Plano. O PLANSAB envolve um período de 20 anos. Problemas que eventualmente venhamos a ter em 1 ano têm que ser compensados ao longo dos anos seguintes, para atingirmos as metas.

As metas de longo prazo do PLANSAB são as seguintes: universalizar o abastecimento de água em áreas urbanas até 2023; alcançar o atendimento de 93%



em esgotamento sanitário até 2033; diminuir as perdas na distribuição de água; diminuir a porcentagem de Municípios com enchentes.

O Plano está disponível no *site* do Ministério. Eu trouxe um exemplar. Depois eu vou dar uma circulada com ele, para que vocês vejam.

Esses são os investimentos. Para atingir aquelas metas, foram quantificados os investimentos necessários, por cada uma das vertentes do saneamento. Para acelerar, vou citar apenas o total: estão previstos 508 bilhões de reais.

Além disso, o Governo Federal coordena a elaboração dos Planos de RIDEs. O Distrito Federal, por exemplo, é uma RIDE. Existe a RIDE de Petrolina, lá em Pernambuco, e outras RIDEs no País.

E a lei estabeleceu que os Municípios têm que elaborar os seus Planos Municipais de Saneamento Básico, com participação social. A existência do Plano Municipal é condição obrigatória para a liberação de recursos federais, a partir de 2018. Esse prazo foi prorrogado. Muitos Municípios não conseguiram sequer fazer o seu Plano, mas boa parte conseguiu. Então, o Governo e o Legislativo resolveram flexibilizar um pouco esse prazo, principalmente por conta dos Municípios menores. Mas existe um rumo.

O controle social é um princípio do saneamento básico. Eu sou técnico do Ministério, reconheço que os técnicos têm um papel importante, mas tem que haver a participação da sociedade. Eu que sou técnico tenho que dizer que às vezes existem grandes problemas derivados de autossuficiência. Quando há participação social, isso se resolve.

Bom, eu já falei do controle social e ainda fiquei com saldo de 50 e poucos segundos, porque terminei. *(Riso.)*

Muito obrigado *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Muito bem.

Dr. Gustavo, muito obrigada. Em verdade, nós chegamos praticamente aos 20 minutos, mas não há problema, porque o senhor foi convidado para falar por 20 minutos.

Eu também considero que todos os demais convidados, se tiverem que estender o seu pronunciamento, a partir dos 10 minutos, será pelo conteúdo que prepararam. Então, não se preocupem.



Eu poderia destacar vários aspectos do seu pronunciamento, Dr. Gustavo — e não é o meu papel ser debatedora —, entre eles a cultura de planejamento que o Estado precisa ter. Nem sempre foi assim. Isso foi retomado a partir da formação técnica, da relação com a sociedade, da transparência. O planejamento possibilita também o acompanhamento social. Considero que o senhor trouxe aquela foto de uma escada meio enviesada para nos mostrar que realmente um plano de trabalho e de ação precisa ter metas claras, quantificáveis, objetivos, acompanhamento social e, sem dúvida, ser bem elaborado e seguido. E estamos aqui no Parlamento para contribuir com esses planos que estão estruturados.

Parabéns pela sua apresentação.

Passo a palavra à Sra. Sabrina Gimenez de Andrade, Diretora Substituta do Departamento de Ambiente Urbano, que representa o Ministério do Meio Ambiente.

Sra. Sabrina, eu considero importante, como fez o Dr. Gustavo, que tu fales um pouco do teu Departamento, da formação que tens na área, porque isso vai nos dar também conteúdo, já que não preparamos — nem era o nosso objetivo —, uma biografia, nem para o setor nem para a convidada. Seria importante para os convidados e para todos nós.

Com a palavra a Sra. Sabrina Gimenez de Andrade.

**A SRA. SABRINA GIMENEZ DE ANDRADE** - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade de estar aqui para falar um pouquinho do que estamos fazendo para operacionalizar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, já que o Ministério do Meio Ambiente é o órgão hoje responsável por coordenar essa Política.

Eu não pus na minha apresentação, mas, a pedido da Deputada Maria do Rosário, quero dizer que o meu nome é Sabrina Gimenez de Andrade. Eu sou Gerente de Resíduos Perigosos e estou hoje Diretora Substituta do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, o Departamento que está hoje à frente da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em relação à minha formação, eu sou engenheira de materiais pela Universidade Federal de São Carlos, trabalhei na Unilever, com desenvolvimento de embalagem, depois trabalhei na Solutia Química, com assistência técnica para a América Latina, e estou no Ministério desde 2005. Eu sou do primeiro concurso



público e estou lá até hoje. Hoje ocupo um cargo de confiança. E também sou analista ambiental.

O nosso Departamento, como eu falei agora, está à frente da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Gerência que eu coordeno, especificamente, é responsável pela logística reversa, que é a obrigatoriedade do fabricante, do comerciante, do importador de recolher os produtos descartados pelo consumidor. Esse hoje é o nosso maior desafio.

Falando agora pelo Departamento, informo que temos outros desafios, como o encerramento dos lixões, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o apoio aos Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos.

Agora vou direto para a minha palestra.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aqui no primeiro eslaide vemos que realmente existe uma relação entre os resíduos e a incidência do mosquito *Aedes aegypti*. A maior incidência que consideramos em relação aos resíduos que ficam abandonados é devida ao acúmulo de água.

O que a Política pode fazer para melhorar essa situação? Em primeiro lugar, eu acho que é uma mudança de hábito, de comportamento do consumidor. Não adianta trabalharmos só com elaboração de lei e fazer o plano, se o consumidor não faz a parte dele. E essa é a parte mais difícil. Estamos acostumados, há muitos anos, a colocar o lixo na frente da nossa casa e pensar que acabou, que ele vai sumir ou que a responsabilidade é do Estado em dar destinação a ele. Nunca percebemos que ele tem um caminho a cumprir.

A Política de Resíduos, a Lei nº 12.305, de 2010, trouxe a responsabilidade também para o consumidor. Ela inovou no sentido da responsabilidade compartilhada entre o consumidor, o fabricante, o comerciante, o distribuidor, o titular de limpeza pública. Ela é encadeada. Eu falo que esse encadeamento é muito importante, porque, se o consumidor não faz a parte dele, na sua casa, de separar o lixo seco do lixo úmido, alguém vai ter que fazer esse papel. O próximo elo da cadeia vai ser um reciclador ou algum catador. E o ônus passa para a cadeia da frente. Então, se eu não separei o lixo na minha casa, o catador vai separar com muito mais dificuldade e com um custo maior. Se o catador também não separa



direito, vai para um reciclador. Ele vai ter que parar a produção dele para fazer essa separação. Esse ônus vai deixando a logística inviável. Por isso é que sempre frisamos que é importante fazer a nossa parte, a de separar o lixo na fonte.

Outro item importante é a capacitação dos gestores públicos. A lei é de 2010, é relativamente nova. E é complexa. A parte de capacitação dos gestores e a troca de experiências entre Estados e Municípios — por exemplo, o que deu certo em um Estado ou Município para superar um obstáculo pode ser aplicado em outro Estado ou em outro Município — são muito importantes. Até agora tem sido muito importante a oportunidade que estamos tendo de discutir na Sala Nacional, junto com os Estados e com os Municípios, casos de sucesso e orientações que não tínhamos tido a oportunidade de dar. Pelo contingenciamento de recursos que tivemos, não conseguimos mais fazer seminários. Então, sempre que possível fazemos uma apresentação. Hoje, por meio de videoconferências, junto com os membros da Sala, tem sido muito importante conversar com quem está na ponta, porque é onde as coisas acontecem.

Outro item: planejar. Retomando, nós endossamos as palavras do Dr. Gustavo. Realmente, é muito importante planejar. A Política de Resíduos veio alinhada com a Política Federal de Saneamento Básico. E há também o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Infelizmente, esse Plano passou por nove audiências públicas. Não conseguimos publicar, porque, na Lei de Resíduos, exigia-se que passasse por quatro conselhos. Um dos conselhos, o de Política Agrária, nunca se reuniu. Aí não conseguimos normatizar esse Plano Nacional. E ele trouxe a responsabilidade compartilhada, sobre a qual eu vou falar um pouquinho, que veio para desonerar um pouco o Município. O Município hoje tem muitas atividades. Não é só resíduo. É resíduo, é saúde, é educação, é segurança. Nós sabemos que o ônus é muito grande. A logística reversa trouxe uma parte da responsabilidade para o fabricante, para o importador e para o comerciante. E a ideia é a de que isso desonere um pouco o Município, para que possa melhorar a gestão.

Bom, agora eu vou falar um pouquinho sobre ações emergenciais. Como disse anteriormente, nós começamos a participar da Sala Nacional e a discutir, a levar as nossas orientações para os Estados e para os Municípios. Então, agradeço por esta oportunidade, porque integram esta Mesa vários colegas que estão



conosco. E estamos trabalhando agora numa diretriz específica para a área de resíduos. Juntamos todos os técnicos e vamos tentar trabalhar, principalmente, com uma coisa prática, com iniciativas de Municípios que tiveram sucesso, que possam ser replicadas, com as orientações do Ministério, como órgão federal.

Há uma outra ação que temos realizado. Como eu disse, é muito importante a capacitação, para replicar as informações, e nós fizemos um plano simplificado para o gerenciamento de resíduos, para a gestão integrada de resíduos. Ele foi feito pelos próprios técnicos do Ministério e está sendo divulgado por meio de curso a distância. Ele traz o conteúdo mínimo que tem que constar desse plano. E esse plano é importante porque, a partir dele, eu tenho o diagnóstico do resíduo, vou saber que tipo de resíduo há no Município e em qual quantidade. Há resíduos que são objeto da logística reversa obrigatória, que são de responsabilidade do fabricante, para que eu posso compartilhar esse custo? Se não tenho esse plano, eu fico com muita dificuldade até de negociar com os fabricantes, porque não sei qual resíduo está na minha cidade, em qual quantidade e muito menos onde vou colocar os pontos de entrega voluntária, como vou integrar essa logística reversa na coleta seletiva, que é responsabilidade do Município hoje. Então, o planejamento é extremamente importante.

Além do diagnóstico, o plano tem que prever metas e definir as formas de destinação do resíduo e os responsáveis pelas etapas. O gerenciamento de resíduos é difícil porque nós só conseguimos enxergar a coleta. Mas é preciso pensar no final, no transporte, em quem é responsável pelo transporte, pela destinação. É preciso pensar nas empresas recicladoras, no incentivo para elas, no tipo de tratamento adequado para um resíduo que não é reciclado, na normatização da recuperação energética. Então, é um trabalho complexo, que precisa realmente também do Município.

Em relação ao curso a distância que eu mencionei para vocês, aconteceram até hoje três edições. Quatrocentos e vinte técnicos concluíram cursos técnicos municipais em 25 Unidades da Federação. E estão programadas mais algumas edições. E agora nós estamos trabalhando especificamente em um manual para a logística reversa, para que o Município também consiga, de forma mais prática, integrar-se ao sistema da logística reversa, mostrando como chegar a um fabricante



e pedir que sejam instalados pontos de entrega ou como fazer para ter apoio na estruturação de uma cooperativa de catadores. É sobre isso que eu vou falar um pouquinho para vocês, ações que temos realizado por acordos setoriais.

Agora eu vou falar um pouquinho da logística reversa, que hoje eu acho que é um instrumento importante que pode ajudar na gestão de resíduos sólidos e na desoneração do Município.

A logística reversa tem quatro motivadores fundamentais. O primeiro é o incentivo à reciclagem, porque isso vai gerar emprego e é uma forma de inclusão social dos catadores. Nós temos isso como um aspecto muito importante da política de resíduos sólidos, porque precisamos integrar os catadores de materiais recicláveis que vão sair dos lixões. Nós vamos fechar os lixões, que são o meio de vida deles. Então, nós queremos que eles participem da triagem ou da reciclagem e saiam das condições desumanas de trabalho.

Outro motivador é o compartilhamento da responsabilidade quanto ao resíduo com outros atores, além do Município, como eu disse anteriormente, incluindo o cidadão e, principalmente, o fabricante, o importador e o comerciante. Isso vai aumentar a eficiência dos recursos naturais, porque eu vou usar um resíduo que está indo para aterro sanitário, mas que pode ser reutilizado como matéria-prima.

Antes de começarmos a trabalhar com esse tema, nós víamos a reciclagem como produto destinado a artesanato, restrito a reaproveitamento de garrafa, latinha, mas ela vai além disso. A reciclagem provê matéria-prima importante para a produção. Ela tem valor. E nós vemos que há outros países no mundo que já não têm diversidade de matérias-primas disponíveis como o Brasil.

Eu tive a oportunidade de fazer um curso no Japão, e eles têm que minerar o lixo para poder produzir, porque hoje eles não têm mais matéria-prima. A mineração lá é proibida, com exceção de duas únicas localidades, em razão da quantidade de ouro que existe lá. Então, eles pegam do resíduo eletroeletrônico, da latinha. Nós ainda temos essa vantagem no Brasil, mas nós temos que aproveitá-la, temos que melhorar as condições do aterro, porque o aterro tem vida útil limitada. Se mandarmos tudo para lá, vai chegar uma hora em que não vai haver mais espaço. E nós temos a oportunidade de reaproveitar esse resíduo como matéria-prima e ampliar a oferta de produtos ambientalmente adequados.





Eu coloquei em um eslaide que a logística reversa é uma oportunidade para o Município. Como? A Lei 12.305 estabeleceu responsabilidade compartilhada e atribuiu três instrumentos para regulamentar isso: o acordo setorial, que foi a opção do Governo Federal; o termo de compromisso, que seria uma coisa mais específica, para um produto específico ou uma região específica; e o decreto.

O Comitê Orientador da Logística Reversa, criado pelo Decreto 7.404, logo em seguida à publicação da lei, é composto por cinco Ministros, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, e lidera todo esse processo da logística reversa. E esse comitê decidiu que, por mais que seja difícil o acordo setorial, ele é preferível, porque nós ouvimos as dificuldades e os problemas, também, do setor privado, e não estabelecemos uma legislação unilateral, ouvindo só a posição do Ministério. Nós achamos que essa negociação, apesar de demorada, vai ter resultados e é muito mais eficiente.

Esse acordo setorial vai trazer metas de coleta e de destinação e metas geográficas sobre o estabelecimento dos Pontos de Entrega Voluntária, para que o consumidor possa descartar o produto. Hoje, no Ministério, nós vemos que o cidadão está muito ansioso para ver essa coisa acontecer: *“Onde eu posso descartar minha lâmpada de mercúrio? Onde eu posso descartar o meu eletroeletrônico?”* E ficamos também numa saia justa para responder, porque não é só pôr o ponto de entrega; estamos estruturando o sistema.

O Ponto de Entrega Voluntária é o primeiro canal de contato com o consumidor. Depois disso, quem vai pagar o transporte, o caminhão? No Brasil, esse é um problema sério, porque há poucas recicladoras, e elas estão concentradas em algumas regiões. As Regiões Norte e Nordeste têm muito mais dificuldade, porque o custo do transporte é caro. Então, na negociação do acordo setorial, estamos discutindo quem vai pagar o transporte e quem vai ser responsável a cada etapa desse processo: do ponto de coleta para o galpão de triagem, e do galpão de triagem para a recicladora.

É preciso normatizar as recicladoras, tentar trabalhar com incentivos para que outras recicladoras sejam instaladas no Brasil de forma mais desconcentrada, reduzindo-se assim o custo da logística reversa.



Como já falei bastante do acordo, agora vou falar especificamente das embalagens: garrafas, copos e tampas. Hoje há uma ação emergencial do Ministério em relação a elas, com intuito de combater o mosquito.

No tocante às embalagens, nós conseguimos, depois de muito custo, assinar um acordo setorial com 23 associações em dezembro do ano passado. Esse acordo setorial está hoje sendo estruturado, e a meta é reduzir em 22% o volume de embalagens que chegam a aterros sanitários.

Na primeira fase do acordo setorial prevê-se apoiar as cooperativas de catadores. Esse apoio vai desde como formalizar essas cooperativas, como capacitar esses catadores para poderem ter valor agregado e tornar as cooperativas autossustentáveis, até a instalação de equipamentos: prensa, galpões de triagem e esteiras.

Uma coisa importante nesse acordo é que o fabricante tem que ser responsável por garantir a compra desse resíduo separado pelos catadores. Esse é o principal ponto do acordo setorial.

O outro é a instalação de Pontos de Entrega Voluntária. Hoje, vemos em vários supermercados esses pontos. A rede Pão de Açúcar e a Unilever foram pioneiras nisso. Mesmo antes de o acordo ser assinado, ofereceram ao consumidor estações para poderem separar o lixo de maneira adequada, a fração seca da úmida. E eles vão até um pouco além: separam vidro, plástico, metais. Então, esse acordo setorial trouxe metas por regiões de quantos Pontos de Entrega Voluntária têm que estar disponíveis para o consumidor.

Outra coisa importante: na fase 1 do acordo estão previstas campanhas de conscientização da população sobre como fazer a separação do lixo em casa e, mais disso, sobre por que temos que fazer essa separação.

Queremos mostrar à população as dificuldades para se dar destino ao lixo, o percurso do lixo, as condições de trabalho que os catadores hoje vivenciam e o que pode ser melhorado.

Nessa campanha de conscientização, além de folhetos, nós vamos ter propagandas na televisão, vídeos e mídia social. Nós queremos divulgar tudo isso para que o acordo setorial tenha êxito e nós realmente consigamos reduzir em 22% os resíduos que chegam aos aterros.



Como o Brasil é muito grande, nós não conseguimos implementar um sistema de logística reversa de uma vez só. Esse acordo definiu 12 cidades prioritárias e regiões metropolitanas. Trouxe aqui apenas para termos uma ideia.

Quando nós começamos a discutir esse acordo setorial, em 2011, nós tínhamos expectativa de assiná-lo antes da Copa do Mundo. As cidades priorizadas eram aquelas onde haveria jogo. Mas negociar com 23 associações foi bem difícil, porque elas são inclusive concorrentes. Fazem parte dessas associações instituições como Unilever, Pão de Açúcar, Extra, Carrefour, Procter & Gamble, Nestlé e Parmalat. São associações gigantescas e que também ficam um pouco desconfortáveis em abrir o seu custo, a sua produtividade para as concorrentes. Por isso a negociação demorou um pouco mais.

Outro problema que nós enfrentamos...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. SABRINA GIMENEZ DE ANDRADE** - Então, deixe-me passar isso aqui. Não vou falar muito de embalagem. Vou direto falar sobre pneus. Vou deixar à disposição dos senhores a minha apresentação, mas, tendo em vista a questão do tempo, vou resumi-la.

Vou falar rapidamente que uma das dificuldades de operacionalização é que, pela Constituição, o serviço de limpeza pública e urbana é do Município. É ele que vai executar na ponta. Nós aqui, como órgão federal, temos certa dificuldade de chegar aos Municípios. A Sala tem ajudado bastante para sentirmos as dificuldades. Cada Município tem as suas dificuldades, a sua regionalização.

Não vou falar do plano integrado. Já falei da importância dele, porque ele faz o diagnóstico, identifica os resíduos, estima responsabilidade de tratamento.

Outro problema sério é o acúmulo de água em pneus, aumentando a incidência dos vetores. Temos hoje uma resolução CONAMA anterior à Lei de Resíduos. Nós estamos chamando os fabricantes e importadores para discutir um acordo setorial para adequar o setor à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O principal problema da resolução, apesar de ela trazer metas, é que não conseguimos ainda fazer o comércio assumir sua responsabilidade. É isso que nós vamos tentar via acordo setorial.



Os pneus provocam uma série de problemas ambientais, não só o acúmulo de água. Na queima de pneus são geradas várias substâncias químicas cancerígenas e perigosas. Se for aterrado, ele altera a estrutura do solo, porque ele não é compactável. Quando se constrói naquele solo, corre-se risco. E tudo isso fora o descarte indevido em rios e lagos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - A senhora pode encerrar?

**A SRA. SABRINA GIMENEZ DE ANDRADE** - Vou ser rápida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - A senhora já atingiu 20 minutos. Desculpe-me.

**A SRA. SABRINA GIMENEZ DE ANDRADE** - Outro problema são os resíduos da construção civil, mas existe também regulamentação.

Ficará disponível para os senhores a apresentação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Eu agradeço e peço desculpas pela interrupção.

No próximo pronunciamento, avisarei sobre o fim do prazo um pouquinho antes. Nós acertamos 20 minutos, no máximo, para cada orador.

De toda forma, nós colocaremos a apresentação de todos os participantes desta Mesa no *site* da Câmara dos Deputados. E o Deputado Reginaldo Lopes, assim como os demais, receberá não apenas a apresentação, mas também a gravação e a degravação das exposições e dos debates, para que possa compor o seu relatório preliminar.

Cumprimento, mais uma vez, a Sra. Sabrina Andrade pela brilhante apresentação.

Passo a palavra à Sra. Cristianne Antunes, representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional. Vou deixar no painel os 20 minutos.

**A SRA. CRISTIANNE ANTUNES** - Bom dia a todos.

Cumprimento a Exma. Sra. Deputada Maria do Rosário, na pessoa de quem cumprimento os demais participantes da Mesa.



Como pedido, faço uma breve apresentação. Eu sou Cristianne Antunes. Atualmente, ocupo o cargo de Coordenadora-Geral de Preparação e Prevenção da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Sou Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Sou formada em Engenharia de Segurança e bacharel em Direito. Atuo na área da defesa civil desde o ano de 2002.

É uma grande alegria estar participando com os senhores de uma Mesa como esta. Eu tenho até que fazer um agradecimento, em nome do novo Ministro da Integração Nacional e do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, General Adriano, por esse convite. Anos atrás, a Defesa Civil não participava da discussão desta pauta. Assuntos como zika vírus, *Aedes aegypti* e suas consequências não transitavam corriqueiramente no campo da Defesa Civil. Era um assunto que ficava dentro da Pasta da Saúde.

Essa novidade que nós trouxemos, com a criação da sala intersetorial, fez com que vários outros órgãos começassem a trabalhar este assunto como prioridade, como um problema, uma dificuldade e um desafio de todos. Dentro da sua área, cada um passou a buscar soluções para chegar ao mesmo objetivo: combater o mosquito.

Para nós, é uma alegria muito grande estar participando desta audiência, discutindo esta pauta. Hoje, esta Mesa, com representantes de diversos setores — Cidades, Meio Ambiente, Saúde, Integração Nacional, aqui representada pela Defesa Civil, e outros órgãos que também fazem parte da Sala Nacional de Coordenação e Controle —, para nós, demonstra o avanço que tivemos no debate em relação ao *Aedes aegypti*, suas consequências e as ações para vencer o desafio de combater o mosquito.

Por que a Defesa Civil deve participar desse contexto? O Ministério da Saúde, em novembro, decretou situação de emergência de interesse nacional em decorrência do zika vírus, e situação de emergência é um tema que sempre transitou no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. E qual seria a interface da Defesa Civil com esse problema? A Saúde convidou a Defesa Civil e, num debate aberto, nós vimos que a participação desses dois órgãos, assim como a dos demais, era de fundamental importância para que tivéssemos sucesso nessas ações.



E aí a Defesa Civil passou a integrar no seu campo de atuação, os desastres, também o combate ao mosquito, que é algo novo para todo o sistema e está sendo levado com muita seriedade.

O que traz a Defesa Civil a esse sistema de combate ao mosquito?

No caso, foi criada uma Sala Nacional de Coordenação e Controle, e o Rodrigo, como representante da Saúde na referida Sala, também vai poder explanar melhor o assunto aos senhores. E a presença ali da Defesa Civil traz toda a articulação intersetorial que já é própria da instituição. A Defesa Civil não é um órgão que trabalha sozinho, mas em articulação e integração. Então, toda essa experiência nesse tipo de trabalho conseguimos agregar a essa Sala Nacional.

Também é importante a capilaridade da Defesa Civil. Não temos hoje Defesa Civil em todo o País, mas temos coordenadorias municipais e estaduais — neste último caso, em todos os Estados.

Mesmo quando não existe a Defesa Civil, tem-se o Corpo de Bombeiros, que é o principal órgão de resposta dentro do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Há o estabelecimento de estratégias. A Defesa Civil trabalha muito com desastres, mas não apenas no momento do desastre. Precisamos trabalhar na prevenção, no que ocorre antes, bem no início, desde quando se observa uma área de risco. Perguntamo-nos sempre: *“O que vamos fazer para que isso não se transforme em um desastre?”* Pode haver, por exemplo, necessidade de uma obra.

Portanto, trabalhamos naquele momento anterior, quando está quase para acontecer o desastre. Em nosso linguajar, utilizamos a expressão “ações de mitigação”. Ou seja, se sabemos que vai acontecer um desastre, analisamos o que podemos fazer: retirar a população da área; criar pontos de monitoramento; instalar sirenes, como no caso do Rio de Janeiro. Todas essas são ações de mitigação exercidas pela Defesa Civil.

E atuamos também no momento do desastre. Aí temos ações de resposta. Vamos até o local e socorremos a população atingida, por intermédio do Corpo de Bombeiros, em alguns lugares, ou por meio do Exército, em outros lugares.

Não que esses órgãos sejam diretamente ligados à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Eles são ligados por meio de uma articulação intersetorial. Ou seja,



trabalhamos diariamente articulando-nos, para que, na eventualidade de um desastre, possamos salvaguardar a população.

E, depois do desastre, a Defesa Civil trabalha na reconstrução, para tentar retornar a situação à normalidade. E é nesse contexto que entra a atuação da Defesa Civil contra o zika.

A partir do momento em que foi decretada situação de emergência de interesse nacional e, posteriormente, de interesse internacional, nós consideramos, dentro do Sistema Nacional de Defesa Civil, que estamos em uma situação de emergência por um desastre. Ou seja, em caso de epidemia ou de possível epidemia, tudo isso é caracterizado como um desastre para a Defesa Civil. Nesse caso, atuamos de forma pontual, para dar a resposta, já buscando ações de prevenção, para que no ano que vem não tenhamos os mesmos problemas. É assim que a Defesa Civil atua.

A Sala a que me referi foi criada a partir da elaboração do Plano Nacional para Enfrentamento do *Aedes aegypti*. Esse plano previa 3 eixos. Para o Eixo 2, que é o de combate ao mosquito, a principal ação foi a criação da Sala Nacional de Coordenação e Controle. Ou seja, todos os órgãos que hoje têm assento na Sala Nacional buscam combater criadouros do mosquito. Essa é uma ação bem específica, estratégica, e deve ser feita em conjunto. E a Defesa Civil entra nesse contexto sentindo-se parte da solução do problema e tendo todo esse envolvimento.

Há anos a Defesa Civil não falava sobre a questão da dengue. Esse não era um assunto que tramitava em nosso sistema. Hoje, com a implantação da Sala, já estamos em seis Estados, alguns deles bastante importantes no Brasil.

E essa Sala Nacional de Coordenação e Controle, que visa combater o mosquito, tem a Defesa Civil desempenhando papel principal, assim como a Saúde.

Cito os Estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, além do Distrito Federal, em que o SINPDEC está à frente das ações. Portanto, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, em conjunto com a Saúde, está à frente das ações estratégicas de combate ao mosquito.

Isso representa, dentro do nosso sistema, um avanço muito grande, além de um amadurecimento real desse sistema. Ou seja, começamos a ver um desastre em



qualquer área e adotamos a gestão do risco, com a gestão do desastre intersetorialmente. Isso é um avanço. E a Defesa Civil está lá.

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, além de participar da Sala, busca realizar algumas ações preventivas, para que o desafio do combate ao mosquito não cesse no momento em que o sistema de coordenação e controle é desfeito. Isso ocorre porque esse sistema é criado quando há uma crise, mas na medida em que os índices vão diminuindo, a tendência é a de que esse sistema passe a ter papel diferenciado, não mais aquele que estávamos tendo, ou seja, de estratégias de combate. Então, a Defesa Civil precisa garantir que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil participe dessas ações como uma pauta permanente.

E quais são as iniciativas que a Secretaria Nacional de Defesa Civil tem tomado para conseguir trazer esta pauta para o Sistema? Temos um Plano Nacional de Capacitação, e nele estão sendo colocados módulos sobre como é feito o combate ao mosquito, como essa ação integrada é importante, enfim, tudo isso para que consigamos amadurecer essa ideia dentro do SINPDEC.

Outra ação também importante que tem sido empreendida é que os agentes da Defesa Civil do País todo diariamente visitam diversas áreas de risco. Essas áreas de risco visitadas pelos agentes normalmente são as que carregam percentual maior de infestação.

Para isso, já temos preparados os agentes para falarem sobre a segurança das famílias que estejam em área de risco. Por exemplo, se chover, quais são os indícios de desastre, para que a família saiba quando se retirar. Também estão os agentes preparados para conversar com os Prefeitos, para fins de realocação daquelas famílias que estão em área de risco. E hoje o agente também aborda a questão do combate ao mosquito dentro do domicílio e na área ao redor daquela comunidade.

Isso tem um apelo muito grande, porque, quando colocamos o colete laranja, as pessoas já encaram o problema como algo emergencial, com seriedade. *“Nossa, temos problemas; os laranjinhos estão aí”*.

Então, esse apelo que a Defesa Civil tem junto à sociedade está sendo aproveitado. Estamos utilizando essa sensibilização da população quando a Defesa





Civil entra em algum tema para transmitir a importância de cuidado com o meio ambiente, para que consigamos criar essa conscientização e uma doutrina de prevenção no País.

Se no próximo verão as pessoas não tiverem mudado hábitos, podemos vir a enfrentar o mesmo problema. Isso é algo que vai além das ações do Governo. Como foi dito aqui pelos palestrantes que me antecederam, precisamos fundamentalmente da participação social. E aí a Defesa Civil também está entrando nisso junto com a Saúde e os demais órgãos presentes.

O Sistema Nacional de Defesa Civil, em 2012, teve uma mudança de nome. Passamos a nos chamar de Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então, é com esse foco de proteção da população que hoje o Sistema Nacional de Defesa Civil trabalha.

Várias pautas, como a pauta de combate ao *Aedes aegypti*, que antes ficavam fora da atuação da Defesa Civil, hoje entram na agenda do órgão pelo próprio nome que o Sistema adotou, que contempla também a proteção. Então, toda ação da Defesa Civil busca proteger a população.

Na Sala Nacional temos feito esse trabalho em conjunto. Deixo aqui os dados para o Ministério da Saúde, em especial para o Rodrigo, que é o representante da área, para que ele mostre aos senhores os avanços que já tivemos com todo esse trabalho integrado.

Agradeço aos senhores a atenção e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Muito obrigada, Cristianne Antunes, na pessoa de quem cumprimento o Ministério da Integração Nacional e a Defesa Civil, que é uma instituição das mais respeitadas no País e no mundo. Trata-se de um modelo mundial extremamente respeitado.

Cumprimento com entusiasmo V.Sa. pelo trabalho desenvolvido e pela criação dessa Sala que integra todos esses órgãos. Particularmente, cumprimento V.Sa. pelo que apresentou aqui, pois é a experiência de quem está lá na ponta. E digo isso porque há uma grande rede de atuação quando se fala em Defesa Civil.

Parabéns! Muito obrigada.



Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Frutuoso, representante do Ministério da Saúde, que terá igualmente 20 minutos para fazer sua exposição.

**O SR. RODRIGO FRUTUOSO** - Bom dia a todos.

Agradeço o convite para me fazer presente nesta Comissão. Na pessoa da Deputada Maria do Rosário, cumprimento todos os componentes da Mesa.

Eu me chamo Rodrigo Frutuoso, sou técnico do Programa Nacional de Controle da Dengue há 9 anos e também um dos membros na Sala Nacional de Coordenação e Controle, representando a Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.

Trouxe comigo a assessora do Programa Nacional de Controle da Dengue, a Dra. Lívia Vinhal, para que faça inicialmente uma explanação sobre os dados epidemiológicos, a fim de que todos tomem conhecimento da situação de dengue, zika e *chikungunya* no País. Depois eu retorno para dar continuidade à apresentação e falar sobre os avanços que temos obtido com o trabalho da Sala Nacional de Coordenação e Controle.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Certo, Dr. Rodrigo.

Então, de acordo com a sua organização dos trabalhos, concedo a palavra à Dra. Lívia Vinhal, que atua em conjunto com o Dr. Rodrigo na assessoria técnica do Ministério da Saúde.

**A SRA. LÍVIA CARLA VINHAL FRUTUOSO** - Bom dia a todos.

Vou trazer algumas informações sobre como está a situação epidemiológica de dengue, zika e *chikungunya* no País e algumas consequências dessas doenças.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse é um gráfico da situação epidemiológica da dengue no Brasil.

Nessa linha de baixo temos as semanas do ano; no outro eixo, o número de casos registrados.

Na linha em vermelho estão apontados os casos ocorridos em 2014; em azul, os de 2015; em verde, os de 2016.

Este ano tivemos 1 milhão 182 mil casos de dengue notificados no País, o que representa aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Mas, ao observarmos a linha verde, vemos, em relação ao número de casos, que a



curva cai mais drasticamente, e ficamos menos semanas com o índice que aponta alta transmissão, se compararmos com os dados do ano passado.

Os Estados com maior incidência de dengue no País são: na Região Norte, o Estado do Tocantins; na Região Nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; na Região Sudeste, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; na Região Sul, o Estado do Paraná; na Região Centro-Oeste, os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

O Estado de Minas Gerais sozinho tem um terço dos casos notificados no País este ano.

Tivemos 240 mortes confirmadas por dengue em 2016. No ano passado foram 655. Em 2014, no mesmo período, foram registradas 242 mortes. E há 539 óbitos em investigação no momento. Esses óbitos provavelmente não foram resultado apenas da dengue, já que temos 3 vírus muito parecidos circulando. Mas, se se confirmar a dengue como causa, teremos a mesma situação do ano passado em relação ao número de mortes.

Em relação à *chikungunya*, temos 83 mil casos notificados, em 1.550 Municípios do País. Dentre esses, 15 mil casos foram confirmados, em 529 Municípios. O restante permanece em investigação.

Temos 16 mortes confirmadas no País por *chikungunya*, com maior concentração em Pernambuco, e 12 óbitos suspeitos, ainda sob investigação.

Sem transmissão autóctone no País, temos 2 Estados: Rio Grande do Sul e Goiás.

Em relação à zika, temos 138 mil casos notificados, em 1.750 Municípios. Dentre eles, 49 mil casos foram confirmados, em 618 Municípios. Três óbitos ocorreram em 2015; outros 3, em 2016; e ainda temos 56 sob investigação. O principal grupo de risco e que mais nos preocupa é o de gestantes. Entre elas, temos 11.557 casos notificados, dos quais foram confirmados 3.874.

Os Estados com maior incidência são Tocantins, Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Essa é uma curva dos casos por semana. O pico de transmissão ocorreu na semana 7, que é mais ou menos o início de março.



Ficou muito pequeno esse quadro, mas ele traz os casos de microcefalia notificados no País. São 7.400, sendo que 3.400 permanecem sob investigação e 1.326 já foram confirmados.

Esse é um mapa da distribuição. Nós temos casos de microcefalia notificados em 1.394 Municípios. Quatrocentos e oitenta e quatro foram confirmados, como mostra o mapa à direita. Percebe-se nitidamente a concentração na Região Nordeste.

Outro problema que nos preocupa são as manifestações neurológicas, que podem estar associadas a qualquer um desses três vírus, mas a literatura reporta principalmente ao vírus zika. Uma portaria de notificação foi editada em fevereiro deste ano para o monitoramento da síndrome neurológica pós infecção febril exantemática.

O Ministério da Saúde preparou um ofício-circular para os Municípios e Estados, para que eles identificassem as suas unidades de sentinela para monitoramento de manifestações neurológicas.

Apenas cinco Estados do País informaram suas unidades de sentinela dessas manifestações para a vigilância. Reportaram dados Paraíba, Mato Grosso e Piauí, totalizando 28 casos de Síndrome de Guillain-Barré provavelmente associados à *chikungunya*. Vemos no Piauí casos positivos para dengue e *chikungunya* também, mostrando que não só o vírus zika pode causar isso. *(Pausa.)*

Era isso então sobre a situação epidemiológica. Passo a palavra agora ao Rodrigo para ele falar sobre as ações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Aproveitando que o Dr. Rodrigo ainda se aproxima e agradecendo a exposição à Sra. Livia Vinhal, quero registrar a presença do Deputado Francisco Floriano. Bem-vindo! É importantíssima sua presença.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO FLORIANO** - Muito obrigado, Sra. Presidenta, Deputada e ex-Ministra Maria do Rosário. Este é um momento propício, um momento em que há necessidade de ação do Ministério da Saúde e do trabalho desta Comissão Externa.



Fico muito feliz e honrado por estar ouvindo esta palestra de grande valia. Conte com 100% do nosso apoio. O povo brasileiro precisa dessas ações constantemente.

Agradeço ao Ministério da Saúde; ao querido Victor Hugo, representante da FUNASA; à Sra. Sabrina Andrade, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano; à Sra. Cristianne Antunes, representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e ao Dr. Gustavo Zarif, Chefe de Gabinete do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Obrigada, Deputado Francisco Floriano.

Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo para a apresentação do Ministério da Saúde.

V.Sa. dispõe de 20 minutos.

**O SR. RODRIGO FRUTUOSO** - Obrigado.

Vou falar, então, de algumas ações que foram realizadas pelo Ministério da Saúde no ano de 2015 e início de 2016.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Tivemos as seguintes ações: realização semanal de videoconferências entre a Sala Nacional e as 27 Salas Estaduais de Coordenação e Controle; estabelecimento de parceria com o COI e o CIEVS, do Ministério da Saúde, para monitorar as seis cidades que receberão algum evento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no ano de 2016, assim como o monitoramento das 335 cidades que receberão a passagem da tocha olímpica; realização, em janeiro de 2016, de reunião com especialistas para proposta de nova vigilância de dengue, febre *chikungunya* e febre pelo vírus zika; realização, em fevereiro de 2016, de uma reunião técnica internacional para a implementação de novas alternativas para o controle do *Aedes aegypti*; redefinição do modelo de vigilância da febre pelo vírus zika para vigilância universal; investigação, em março de 2016, como a Livia mencionou, de óbitos por arboviroses — dengue, zika e *chikungunya* — no Estado de Pernambuco, realizada pela equipe da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue e do EpiSUS, do Ministério da Saúde; realização, em maio de 2016, de reunião do Comitê Técnico Assessor do Programa Nacional de Controle



da Dengue e especialistas para discussão dos óbitos por dengue, febre *chikungunya* e febre pelo vírus zika; elaboração do Protocolo de Dor para complementar o manejo clínico de pacientes com *chikungunya*; elaboração e disponibilização do curso virtual *Zika: Abordagem Clínica na Atenção Básica*; realização de rodas de conversa semanais sobre o combate ao *Aedes aegypti*, com o intuito de tirar dúvidas sobre o mosquito e as doenças transmitidas; publicação do Decreto nº 8.662, de 1º de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti* no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito.

Dando entrada diretamente nas ações que a Sala Nacional de Coordenação e Controle tem feito, desde a sua implementação, ela representa, na verdade, o Eixo 1 do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, composto por três eixos de atuação.

Eixo 1: Mobilização e Combate ao Mosquito. Dele fazem parte o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa, o Ministério do Desenvolvimento Social, a Casa Civil e a Secretaria de Governo da Presidência da República. Foram realizadas ações desde dezembro de 2015. O período de atuação é de dezembro de 2015 a junho de 2016, sendo previstos quatro ciclos de trabalho, com visitas aos imóveis.

O Plano Nacional, nas suas diretrizes, preconiza visitas aos imóveis e residências a cada 2 meses. Então, nós mudamos: no primeiro ciclo, o período era bimestral, mas reduzimos esse intervalo e os dois ciclos posteriores passaram a ter visitas mensais. Por que isso? Para que pudéssemos causar impacto no período de maior transmissão da doença no País. Hoje, o Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia já entrou no seu quarto ciclo de atividade, que vai do início de maio ao dia 30 de junho.

Como já dissemos, nós utilizamos o primeiro período de construção dos ciclos, no mês de janeiro, para a implementação de Salas que serviam como espelho à Sala Nacional de Coordenação e Controle nas 27 unidades federadas. Então, ao final de janeiro, nós já possuíamos as 27 Salas Estaduais em pleno



funcionamento. E, depois disso, nós migramos para a implantação de Salas Municipais.

Como a Cristianne, o Gustavo e a Sabrina bem falaram, hoje nós resgatamos o fortalecimento dessa intersetorialidade e da corresponsabilidade do combate ao *Aedes aegypti* entre os diversos entes, não só no setor saúde. Então, a premissa é que esse espelho que nós criamos na Sala Nacional seja replicado nas Salas Municipais, e que isso se torne uma política de Estado, e não uma política de Governo.

Verifica-se a implementação e a distribuição de 1.093 Salas Municipais de Coordenação e Controle por todas as Regiões do País. São 69 Salas na Região Norte, 110 Salas na Região Nordeste, 316 Salas na Região Sudeste, 256 Salas na Região Centro-Oeste e 342 Salas na Região Sul.

A Sala Nacional de Coordenação e Controle tem participado de ciclos de visitas às Salas Estaduais, cujo propósito inicial é o fortalecimento da construção das Salas Municipais. Alguns Estados nos têm repassado a criação de Salas Regionais. Então, há Municípios com diferentes configurações, por conta do nosso território, que é imenso, e essas Salas Regionais servem como suporte para Municípios com menos estrutura.

Aqui vemos um panorama do que nós fizemos no nosso terceiro ciclo de atuação, que se encerrou no dia 30 de abril.

Foi criado, para o monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento, um sistema desenvolvido pela Casa Civil da Presidência da República. É o Sistema de Informação da Presidência — SIMPR, através do qual recebemos informações diárias das atividades provenientes do combate ao *Aedes aegypti* nos Municípios brasileiros.

Então, ao final do terceiro ciclo, 100% dos Estados já tinham alimentando esse sistema; 5.044 Municípios repassaram informações sobre as ações de combate ao longo do mês de abril, que totalizam mais de 90% dos Municípios do território brasileiro; 45% dos domicílios foram visitados nesse período, que era mais curto — portanto, dentro desses 45%, também obtivemos êxito, em termos de entrada e de visita, em 83% desses imóveis. E um dado importante: com o advento e a implantação desse sistema, o Governo Federal passou a monitorar a quantidade



de imóveis que eram tratados com os produtos químicos fornecidos pelo Ministério da Saúde.

Portanto, tanto no primeiro, quanto no segundo e no terceiro ciclos de atuação, o total de imóveis tratados sempre girou em torno de 11% e 13%. O que esse resultado nos mostra? O uso racional desse produto. Isso fortalece o Ministério da Saúde, diante do enfrentamento e do surgimento de ruídos provenientes quanto à utilização desse tipo de produto. Demonstra-se ainda que os principais atores para o enfrentamento do *Aedes aegypti*, que são os agentes de combate a endemias e os agentes comunitários de saúde, também estão capacitados para o bom desempenho dessa função.

Falo agora por Região, sobre os Estados que tiveram a melhor cobertura neste terceiro ciclo de trabalho: na Região Norte, o Estado do Tocantins, com 92% de cobertura; na Região Nordeste, o Estado de Sergipe, com 70%; na Região Sudeste, o Estado de Minas Gerais, com 62%; na Região Sul, o Estado do Paraná, também com 62%; e, na Região Centro-Oeste, o Estado do Goiás, com 71%.

A meta da Sala Nacional de Coordenação e Controle para o quarto ciclo, nos próximos 2 meses de trabalho, é ampliar o número de Salas Municipais de Coordenação e Controle; discutir e monitorar, com o Gustavo e a Sabrina hoje fazendo parte da Sala Nacional, a implementação nos Municípios da Diretriz nº 3 - Saneamento Básico — para nós, além de ações estruturantes, há as ações complementares às outras ações, que já vêm sendo desenvolvidas no combate ao *Aedes aegypti* —; e monitorar as ações desenvolvidas nos Municípios com a programação do revezamento da tocha olímpica.

Para que os senhores tenham conhecimento daquilo que nós obtivemos — este gráfico mostra que ainda não tivemos uma ação de forte impacto com o que vem sendo construído —, relato o seguinte: na Região Norte, começamos o ano com 17% de aumento nos casos em relação ao mesmo período do ano anterior; hoje temos uma elevação de 74%.

Em relação à Região Nordeste e regiões próximas, eu gostaria que os senhores prestassem bastante atenção: começamos o ano com um incremento de 400% do número de casos referentes ao mesmo período do ano anterior; hoje houve um acréscimo de 60%, ou seja, temos 60% de casos a mais. Ressalto, porém, que





nós causamos um impacto significativo na Região Nordeste, principalmente por causar uma redução de casos no período que historicamente é o de maior sazonalidade de transmissão da doença.

Na Região Sudeste, nós iniciamos o ano com um incremento de mais de 300% de casos referentes ao mesmo período do ano passado; hoje nós visualizamos um decréscimo nesse número de 11,8%, ou seja, na Região Sudeste, o número total de casos hoje, da Semana 1 até a Semana 17, já é menor do que o que foi observado no mesmo período do ano anterior.

Na Região Sul, da mesma forma: nós começamos o ano com o incremento de 600% no número de casos e hoje nós os reduzimos para 112%.

Na Região Centro-Oeste, começamos o ano com um acréscimo de 400% no número de casos e hoje observamos um decréscimo nesse número de 4,3%.

Para que possamos finalizar, refiro-me a um dado do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti*, ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Saúde para monitorar as ações de controle nos Municípios e auxiliar os gestores a desenvolver ações mais específicas para as áreas de maior risco e as referentes aos criadores predominantes.

Vejam como é importante o fortalecimento dessa integração: na Região Norte, o principal depósito observado é em lixo. Na Região Nordeste, por conta da escassez de chuvas, da intermitência de águas, há grande necessidade do uso de depósitos de armazenamento de água no nível de solo. Então, nós temos 82% de depósitos predominantes em armazenamento de água. Na Região Sudeste, os depósitos predominantes são os domiciliares, ou seja, estão dentro das residências, assim como também na Região Centro-Oeste. Na Região Sul, a predominância é em lixo.

Hoje nós temos o diagnóstico da situação e conseguimos fortalecer essa questão da intersetorialidade; trazemos as pessoas que também são responsáveis para que nós possamos atuar dessa forma.

Quando tratamos da questão de depósitos domiciliares, o Ministério da Educação tem sido um grande parceiro no fortalecimento das ações de educação, porque não só atua nas escolas, mas orienta sobre a mudança de hábitos das



gerações futuras. Nós sabemos que essa vai ser uma ação de médio e longo prazos, para que consigamos manter nosso ambiente limpo.

Amigos, era isso o que eu tinha a relatar sobre as ações da Sala Nacional de Coordenação e Controle. Agradeço mais uma vez o convite, prezada Deputada Maria do Rosário. Estou aqui à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Foi um prazer. Muito obrigada, Dr. Rodrigo Frutuoso. Agradeço também à Dra. Livia Carla Vinhal Frutuoso, que falou em nome do Ministério da Saúde.

Com esses dados, vamos poder ilustrar com muita objetividade o relatório final e fazer as observações necessárias quanto a financiamento e outras questões. São importantes para a Câmara dos Deputados essas observações para o próximo período, em cada uma das áreas dos senhores, diante da situação que nós vivemos.

Passamos agora ao último inscrito, que, destaque, foi o primeiro a chegar à reunião — e eu o cumprimento por isso. De forma muito especial, declaro ser extremamente importante a participação, nesta reunião, do Diretor do Departamento de Saúde Ambiental — DESAM da FUNASA, o Sr. Victor Hugo Mosquera.

V.Sa. tem a palavra.

**O SR. VICTOR HUGO MOSQUERA** - Bom dia, Exma. Sra. Deputada Maria do Rosário, Coordenadora desta Comissão, senhores convidados que compõem a Mesa, gostaria primeiramente de enaltecer a presença do Coordenador Nacional de Educação em Saúde Ambiental, ao qual tenho a honra de me dirigir, o Sr. Hamilton dos Santos Goes. Cumprimento ainda as Sras. Fernanda, representante da Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS, Ana Luísa e Maura, que trabalham com o Deputado Veneziano Vital do Rêgo, e Maura, que trabalha com o Deputado Francisco Floriano, que aqui esteve presente.

Eu nomino algumas pessoas, Deputada, porque eu tive a honra de pertencer a esta Casa por 10 anos; depois é que eu fui para a FUNASA. Por isso eu conheço algumas pessoas aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - V.Sa. esteve aqui como Parlamentar ou pertenceu ao nosso quadro técnico?

**O SR. VICTOR HUGO MOSQUERA** - Não, eu fui servidor da Casa. Agora estou na FUNASA.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Servidor da Casa? Meus cumprimentos e obrigada! É um prazer estarmos juntos aqui novamente.

**O SR. VICTOR HUGO MOSQUERA** - Vou falar um pouco sobre a FUNASA. Peço desculpas a todos por não trazer uma apresentação pronta, porque ontem é que eu fui surpreendido com a delegação de estar nesta Comissão hoje. O convite foi para o atual Presidente da FUNASA, mas, como a FUNASA nem eu não nos furtamos à temática que diz respeito à saúde ambiental do Brasil, estou aqui para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

Deputada Maria do Rosário, eu estou há 2 anos à frente do Departamento de Saúde Ambiental da FUNASA. Ali temos quatro áreas afins: Coordenação de Educação em Saúde Ambiental — COESA, Coordenação de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano — COCAG, Coordenação de Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental — COGAE e Coordenação de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico — COPET. São essas as quatro áreas que eu coordeno.

Falando um pouco da FUNASA, além de outras diretorias, nós temos duas áreas finalísticas: o Departamento de Engenharia de Saúde Pública — DENSP e o Departamento de Saúde Ambiental — DESAM.

Quero aqui esclarecer algo que está enraizado na mente de muitas pessoas sobre a verdadeira função da FUNASA hoje em dia, no cenário nacional. Todos sabem que a FUNASA é oriunda da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e da Fundação SESP. Daí originou-se a FUNASA. Eu até brinco ao falar isso. Quando eu fui para a FUNASA, um grande amigo meu disse: “*Você está indo lá para o mata-mosquito?*” Essa não é mais a função precípua da instituição.

Portanto, nós temos que tirar um pouco desse estigma, que é ser a FUNASA a responsável, como era antigamente, pelos guardas de endemias. Conhecemos a SUCAM: até o seu Estado, como falamos, os mais longínquos rincões, um guarda de endemias da SUCAM visitou. Hoje em dia essa não é mais função da FUNASA. Essa atribuição cabe às Secretarias Municipais de Saúde e às Secretarias Estaduais de Saúde.

Então, nós como gestores nacionais envolvidos no Sistema Único de Saúde temos que atuar prioritariamente na formulação de diretrizes norteadoras de políticas



de estabelecimento de critérios técnicos de orientação, do modo organizativo, do SUS. Nós coordenamos e orientamos diretrizes a serem seguidas nacionalmente.

A FUNASA, como órgão federativo, é uma das únicas instituições públicas, Deputada, que possui representação nos 26 Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal. Junto com a Defesa Civil, nós somos aqueles que, em qualquer situação de desastre, de calamidade, chegamos junto ou antes da Defesa Civil. Nem o Exército Brasileiro consegue fazer isso. Portanto, nós chegamos antes de qualquer outra instituição no socorro e na formulação de políticas públicas de educação e saúde ambiental.

Quero dizer também que na área de enfrentamento a desastres e calamidades, seja ela por seca, seja por inundação, nós já temos em atividade no Brasil oito estações de tratamento de água para consumo humano. Elas estão presentes em áreas de enchente, de alagamento, como ocorre na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que vai desde Uruguaiana e passa por Itaqui, São Borja, a região banhada pelo Rio Uruguai. Nós temos, em todo o Brasil, um aparato para auxiliar o povo mais humilde nessas ocasiões. Essas estações também estão presentes no Nordeste, em virtude da seca, que é um permanente e constante desastre. Nós estamos lá para auxiliar no manejo de água potável para a população.

Quero dizer mais: o campo de atuação da FUNASA são as pequenas comunidades, cidades até 50 mil habitantes: ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e comunidades especiais. O que isso representa para o Brasil? O que isso representa no quadro nacional? Representa 90% do Brasil. Nós só tiramos as grandes cidades e as capitais. A FUNASA atua em 90% do Brasil.

Cabe ressaltar que os guardas de endemias, agentes de saúde pública e outros profissionais deixaram de integrar o quadro da FUNASA sob a égide da Portaria nº 2.742, de 2010. Eles foram redistribuídos para o Ministério da Saúde e para o desenvolvimento de atividades laboratoriais nos Estados e Municípios da Federação.

O ano de 2015 marcou profundamente a nossa sociedade com o surgimento de casos de microcefalia como tanto se noticiou, durante várias semanas, nos jornais e telejornais. Não se falava em outra coisa, principalmente no Estado de Pernambuco.



Só que, antes disso, Deputada, desde os meses de agosto e setembro de 2015, o Departamento de Saúde Ambiental já estava preocupado com o aumento da incidência dos casos de dengue no País, que vinham crescendo ano a ano. Então, fizemos ações direcionadas a essa nossa função institucional, que é coordenar, criar diretrizes para esse enfrentamento.

Como mencionei, o Departamento de Saúde Ambiental estipulou a participação na Campanha Nacional de Mobilização para o Enfrentamento ao *Aedes Aegypti* e à Microcefalia, empreendendo esforços na esfera da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Eu quero citar aqui, Deputada, o que foi feito pelo Departamento de Saúde Ambiental e o que nós estamos pretendendo fazer para auxiliar os demais órgãos da Federação nesse combate.

Como eu disse, já no ano de 2015, baixamos portaria na FUNASA e criamos um grupo de trabalho de enfrentamento ao *Aedes aegypti*. Realizamos videoconferências com todas as superintendências do Brasil para formular políticas de educação para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Para tal fim, criamos uma Sala de Situação. Enquanto não se falava em Sala de Situação, nós já a tínhamos, e foi copiada de outra Sala quando do desastre de Mariana. Nós copiamos a mesma Sala de Situação, que foi utilizada no caso do desastre de Mariana, para o enfrentamento ao *Aedes aegypti*.

Lançamos uma campanha de enfrentamento ao *Aedes aegypti*. Quero passar às mãos da senhora folheto sobre a campanha que foi lançada, em âmbito da FUNASA, em que se especifica o alvo. Nós fizemos essa campanha na Coordenação de Educação em Saúde Ambiental, já no ano passado, antes de ser deflagrada a campanha nacional. É a campanha *Esse é o alvo!*, referindo-se ao mosquito *Aedes aegypti*.

Também fomos convocados pelo Ministério do Planejamento para alimentar o sistema de coleta de dados sobre a identificação de criadores do *Aedes aegypti* em todas as superintendências e ao redor dos prédios e demais repartições da FUNASA.

Nós também estamos terminando a produção de uma cartilha que vamos distribuir para todas as superintendências. Por que não fizemos isso antes? Por que



as cartilhas que estão sendo distribuídas, em âmbito nacional, falam, de modo global, como se nós estivéssemos em grandes cidades.

O público-alvo da FUNASA é diferenciado: são pequenas comunidades, cidades de até 50 mil habitantes, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos. Nós tivemos que diagramar uma cartilha voltada para o nosso público-alvo, porque nas grandes cidades já se sabia como era a atuação. Como o Dr. Gustavo falou antes, antigamente, o mosquito só punha os seus ovos em água limpa. Hoje em dia, eles já se adaptaram e também estão proliferando em água suja. Nas regiões rurais é onde existe maior concentração de água limpa, diferentemente das grandes cidades, onde se vê mais água suja, mas a nossa preocupação é tanto na zona rural quanto na zona urbana. Então, nós temos essa preocupação de criar uma cartilha direcionada ao público-alvo da FUNASA.

Quanto à proposta de campanha a ser efetivada nas superintendências estaduais, o que nós estamos pretendendo? Cada superintendente já está envolvido em criar agentes mirins de combate ao *Aedes aegypti*, ou seja, ele vai entrar em contato com o Secretário de Educação Municipal e nós vamos fazer o Dia do Agente Mirim. Vamos convocar mil crianças por Estado e capacitá-las para que se tornem voluntárias e agentes mirins. Através da nossa Coordenação de Educação, nós vamos estimular as crianças a serem disseminadores das orientações a respeito do assunto.

Por que eu digo isso, Deputada? A educação é fundamental no envolvimento desse combate. Eu acredito que nós podemos gastar milhares de toneladas de inseticida para matar o mosquito, mas, se não houver a conscientização da população, esse inseticida não vai ser eficaz, vai ser momentâneo. No futuro, nós vamos ter que gastar de novo. Por isso, precisamos conscientizar a população através da educação. Educar é melhor do que combater.

Essas são as palavras que eu queria trazer. Digo a todos os presentes que o Departamento de Saúde Ambiental da FUNASA está envolvido diretamente, assim como a FUNASA como um todo, através de sua superintendência, de forma intensa, no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, o transmissor do zika vírus, que tem deflagrado a microcefalia.



Infelizmente, se não o combatermos agora, a tendência é aumentar o passivo que nós temos de crianças com microcefalia. Então, nós, como cidadãos, como gestores, temos a obrigação precípua de enfrentar o mosquito.

V.Exa. pediu uma apresentação. Eu me esqueci de fazer minha apresentação pessoal, mas, antes de finalizar, eu o farei.

Há 2 anos, tenho feito viagens constantes pelo Brasil todo, em virtude de várias temáticas, e esta me chamou muito a atenção. Estive no Estado do Paraná, seu vizinho, falando sobre o zika, o *Aedes, chikungunya*. Ao tratar do mosquito da dengue, uma pessoa me disse: *“Eu tive três vezes dengue aqui no Paraná; a última, hemorrágica, quase vim a óbito”*. Eu pensei: o Paraná, um dos Estados mais desenvolvidos da Federação, apresentou-me um caso como esse, que eu ainda não tinha visto no Nordeste, onde eu já andei por várias capitais. Então, eu fico pensando que, se no Paraná, que é um Estado muito desenvolvido, está acontecendo isso que me foi relatado, imaginem nos outros Estados da Federação, onde a precariedade é muito maior.

Portanto, eu deixo um alerta no sentido de que cuidemos da nossa residência e alertemos o vizinho que esteja desatento sobre qualquer foco que ali possa se instalar. A missão de ajudar no combate não é só do gestor, mas também de cada um de vocês. A forma mais contundente de ajudar no combate, além das ações, é com educação. E as nossas crianças são os grandes disseminadores desse programa de educação que vamos lançar.

Meu nome, como todos já sabem, é Victor Hugo Mosquera. Estou à frente, há 2 anos, do Departamento de Saúde Ambiental e sou advogado por formação. Antigamente nós ouvíamos dizer que todo mundo tinha que fazer o curso de Direito. Hoje em dia já acho que todo mundo precisa ter um curso técnico ou profissionalizante na área de saúde ambiental ou na área de saúde, porque não adianta ser letrado sem saúde.

Não só o Brasil, mas o mundo precisa de pessoas envolvidas no bem-estar do ser humano. E o bem-estar do ser humano se dá sob a égide de condições saudáveis dentro da nossa sociedade.



Deputada, eu agradeço a V.Exa. por ter propiciado à Fundação Nacional de Saúde falar um pouco sobre a nossa atuação. Colocamo-nos à disposição para um eventual questionamento ou a participação em outra reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria do Rosário) - Muito obrigada, Dr. Victor Hugo Mosquera, representante da FUNASA e Diretor do Departamento de Saúde Ambiental. Fica registrado também o pioneirismo da FUNASA na organização da Sala de Situação.

Ao agradecer a presença de todos os convidados e cumprimentar cada uma das Pastas, eu gostaria de deixar uma questão que me parece importante. Ela me parece relevante para o trabalho que nós, como Comissão, concluiremos em seguida. É um trabalho que busca articular-se com a atuação que os senhores e as senhoras estão desenvolvendo.

É claro que nós precisamos da sociedade. Quem somos nós sem o protagonismo da sociedade e, ainda mais, como disse o Dr. Victor Hugo Mosquera, sem iniciativas educacionais que integrem uma transformação de comportamento, uma transformação cultural? Mas, sem dúvida, se não for também pela atuação coordenada do Estado, nós não teremos condições de orientar e ter uma atuação planejada. Então, sociedade e Estado atuam conjuntamente com objetivos. O Estado tem uma responsabilidade coordenadora e demonstra cumprir essa responsabilidade quando todas essas pontas da política pública conseguem estar articuladas. Nós jamais podemos perder isso. Daqui, nós temos que andar para frente em termos de formulação e execução de política pública.

A questão que eu deixaria em nome dos meus colegas, como uma porta aberta para o diálogo de cada um dos Parlamentares que integram esta Comissão, de todos os partidos e de todos os Estados, diz respeito ao diagnóstico que os senhores e as senhoras aqui produziram com excelência e ao trabalho que aqui relataram em cada uma dessas áreas.

Se não tivéssemos este trabalho; se não tivéssemos, já de início, uma determinação de emergência; se não tivéssemos a pesquisa e o trabalho de autoridades médicas ou de saúde pública, em Pernambuco, na Paraíba; se não tivéssemos a articulação do SUS e a atuação do Ministério das Cidades; se não





tivéssemos a Defesa Civil integrada; se não tivéssemos o manejo de resíduos sólidos; se não tivéssemos a FUNASA, desde o primeiro momento, nas cidades com até 50 mil habitantes e em populações específicas, com esse olhar sobre uma cultura diversa desses locais; se não tivéssemos o próprio Ministério da Saúde; se não tivéssemos nada disso, que realidade nós teríamos?

Não se trata de um exercício de futuro, mas de verificarmos a importância do trabalho que está em curso, para podermos fazer mais, baseados principalmente no diagnóstico, porque é verdade que nós tivemos um momento muito forte, que ainda não dissipamos, da presença do *Aedes aegypti* nessas localidades. Nós o identificamos, porque agora nós temos um mapeamento e um diagnóstico que nos servem para este momento e para o futuro.

O lastro que os senhores e as senhoras estão organizando por esses entes do Estado é a base para estarmos ainda mais potentemente colocados diante de outras epidemias e de outras circunstâncias. Mas hoje nós tivemos, sobretudo, uma aula extremamente importante sobre a responsabilidade que todos temos com aquelas crianças que estão na tragédia maior desta nossa circunstância atual.

Mesmo com tudo isso que estamos realizando, essas crianças são acometidas por comprometimentos neurológicos. Por isso o nosso desafio é enorme, seja na prevenção, como nós trabalhamos hoje aqui, mas também no diagnóstico precoce, no atendimento rápido, na estimulação precoce dessas crianças, no atendimento às mães.

Na outra face, se conseguirmos atuar com tudo que estamos determinados nos nossos planos de ação, teremos menos pessoas vítimas dessa condição, mas ainda teremos algumas vítimas dessa situação que merecem de nós o maior empenho.

Então, a Câmara dos Deputados se orgulha de poder estar ao lado dos senhores e das senhoras. Digo isso em nome de todos os Deputados integrantes desta Comissão, que, como disse, foi coordenada inicialmente pelo Deputado Osmar Terra, que agora assume novas tarefas na sua vida.

Concluo os trabalhos desta Mesa dizendo que, em qualquer circunstância, esta é uma daquelas prioridades que nós teremos capacidade de unidade. Portanto, destaco a atuação da própria Presidenta Dilma, no momento em que nos chamou e



mobilizou a todos. Esse reconhecimento quero fazer de público, independentemente da agenda política do País, porque nós fomos todos chamados a uma prioridade nacional pela Sra. Presidenta da República.

Eu tenho certeza que teremos a maturidade de manter esta agenda como a prioridade nacional para o povo brasileiro, porque nós devemos isso a ele, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo.

Agradeço a presença de todos os senhores e senhoras e a excelência dos trabalhos aqui destacados. Toda contribuição estará colocada na Internet e também nas redes, de um modo geral e todos os Deputados e Deputadas receberão as apresentações dos senhores degravadas.

Com êxito, nós os ouvimos e os cumprimentamos pela atuação. Muito obrigada.

Está encerrada a nossa reunião. *(Palmas.)*